

O ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROJETO CONSERVADOR DO MOGI DE INCONFIDENTES – MG: atores envolvidos e papéis desempenhados

Mark, PEREIRA DOS ANJOS¹

RESUMO

A efetividade do Projeto Conservador das Águas, idealizado pela Prefeitura Municipal de Extrema motivou a criação de um plano mais abrangente, o Plano Conservador da Mantiqueira (PCM). Esta iniciativa, idealizada pela Secretaria de Meio Ambiente de Extrema em parceria com ONGs ambientais, órgãos públicos estaduais e federais e instituições de ensino superior objetiva promover a adequação ambiental das propriedades rurais tendo como referencial o mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA). Ao criar o Projeto Conservador do Mogi, o município de Inconfidentes, no sul de Minas Gerais, foi um dos primeiros a aderir ao modelo proposto pelo PCM. Nesse sentido, o presente relato de pesquisa objetiva compreender como se deu a composição do arranjo institucional nos processos de sensibilização, elaboração e condução da política pública ambiental municipal que culminou na criação do Projeto Conservador do Mogi. Tal reflexão torna-se importante a fim de demonstrar o envolvimento de múltiplos atores neste processo e pode contribuir para o desenho institucional de novos projetos de PSA municipais baseados no modelo proposto pelo PCM.

Palavras-chave: Plano Conservador da Mantiqueira; Pagamento por serviços ambientais; Política pública ambiental; Governança.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os instrumentos econômicos relacionados à conservação e gestão ambiental, destaca-se o mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA), que pode ser definido como uma transferência de recursos entre atores sociais, a qual objetiva criar incentivos para alinhar decisões individuais ou coletivas de uso da terra com o interesse social na gestão de recursos naturais (MURADIAN et al., 2010).

A Prefeitura Municipal de Extrema, no sul do estado de Minas Gerais, foi pioneira na implementação da iniciativa municipal de PSA no Brasil, ao instituir, em 2005, o Projeto Conservador das Águas (PCA). Este projeto tem sido, desde então, objeto de inúmeros estudos acerca de sua metodologia e efetividade referente a governança ambiental local (PAGIOLA; GLEHN; TAFFARELLO, 2013; RICHARDS et al., 2015; RUGGIERO et al., 2019).

Através da articulação existente com parceiros preestabelecidos no Projeto Conservador das Águas e a aposta no envolvimento colaborativo de novos potenciais atores indutores de políticas públicas ambientais utilizando-se o mecanismo de PSA, foi criado, em 2016, o Plano Conservador da Mantiqueira (PCM). Este plano objetiva promover a restauração florestal e adequação das propriedades rurais em 1,5 milhão de hectares na área de influência da Serra da Mantiqueira, em 425

¹ Professor, IFSULDEMINAS – campus Inconfidentes. E-mail: mark.anjos@ifsuldeminas.edu.br

municípios localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (CONSERVADOR DA MANTIQUEIRA, 2020).

Um dos primeiros municípios a aderir ao modelo proposto pelo PCM foi Inconfidentes, no sul de Minas Gerais, que criou sua política local de restauração florestal baseada no mecanismo de PSA em 2017 e o denominou Projeto Conservador do Mogi, nome do principal curso hídrico que atravessa o município.

Diante da precursora mobilização implementada em Inconfidentes para viabilizar a construção de sua política local de PSA, este relato de pesquisa objetiva compreender quais atores se envolveram neste processo e como o arranjo institucional foi construído em torno da mobilização que culminou na criação do Projeto Conservador do Mogi.

Do ponto de vista teórico, o arranjo institucional corresponde ao conjunto de instituições que atuam diretamente na gestão de um projeto, determinando o conjunto específico de relações funcionais entre os atores envolvidos (RIBEIRO, 2014). Como as políticas públicas de PSA têm se destacado em maior número e mais especificamente no plano municipal (PAGIOLA; GLEHN; TAFFARELLO, 2013), a compreensão acerca do arranjo institucional assume centralidade no sentido de identificar de que maneira atuam os atores envolvidos neste processo. Isto posto, o referencial analítico para esta abordagem está amparado nos trabalhos de Pagiola, Glehn e Tafarello (2013) e Richards et al. (2015).

2. MATERIAL E MÉTODOS

O método adotado para esta pesquisa foi o analítico descritivo (YIN, 2015), com o intuito de descrever e interpretar o processo de implantação da política pública ambiental na municipalidade de Inconfidentes/MG, bem como identificar os atores envolvidos no arranjo institucional que deu origem ao Projeto Conservador do Mogi. A pesquisa, de caráter exploratório, munuiu-se de dados provenientes do sítio eletrônico do Plano Conservador da Mantiqueira (<https://conservadordamantiqueira.org/>), de informações oficiais correlacionadas ao tema acessados através do site da Prefeitura Municipal de Inconfidentes (MG) (www.inconfidentes.mg.gov.br), bem como da análise dos dispositivos legais que originaram a regulamentação da política de PSA no município de Inconfidentes. Analisou-se ainda matérias publicadas pelo site do IFSULDEMINAS (<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/>), utilizando-se como filtro de pesquisa os termos “Plano Conservador da Mantiqueira” e “Projeto Conservador do Mogi”, além de documentos e relatórios obtidos junto a TNC (The Nature Conservancy) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Extrema (MG).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As estratégias de implantação da política local de PSA proposta pelo PCM foram apresentadas aos representantes dos poderes executivo e legislativo de Inconfidentes pelo Secretário de Meio Ambiente de Extrema e por representantes da ONG TNC, cuja iniciativa foi intermediada pelo campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS (IFSULDEMINAS, 2017). O Poder Executivo local aderiu à proposta e a elaboração do projeto de lei também contou com o apoio dos parceiros acima citados. A regulamentação jurídica da política pública de Inconfidentes se deu com a aprovação da Lei Municipal nº 1.297 de 29 de dezembro de 2017, posteriormente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.557 de 03 de janeiro de 2018 (INCONFIDENTES, 2018).

As ações de cunho operacional do projeto estão sendo realizadas por servidores públicos municipais lotados no Departamento de Agricultura e Gestão Ambiental e contam ainda com o apoio do IFSULDEMINAS – campus Inconfidentes nas iniciativas de sensibilização dos agricultores e mapeamento das propriedades rurais. Por sua vez, o aporte de insumos para o cercamento das propriedades rurais está sendo fornecido pelo programa PROMANANCIAIS da COPASA e pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) (IFSULDEMINAS, 2017; PROMANANCIAIS, 2020).

Outra iniciativa de destaque que se correlaciona com a política local de PSA conduzida pela Prefeitura de Inconfidentes é o Programa Raízes do Mogi Guaçu. Conduzido pela ONG World Wild Foundation (WWF) e financiado pela multinacional do ramo de celulose, International Paper, este programa adotou como premissa promover o diálogo multissetorial entre atores da bacia do rio Mogi Guaçu e fortalecer a governança local, objetivando restaurar pelo menos 100ha de florestas em uma região com baixa cobertura florestal e alto risco de escassez hídrica nos municípios piloto de Socorro/SP, Lindoia/SP, Bueno Brandão/MG e Inconfidentes/MG (WWF, 2019). As ações de sensibilização dos produtores rurais no município de Inconfidentes acerca deste projeto estão sendo efetuadas pela IFEAC, empresa júnior do curso de Engenharia de Agrimensura do IFSULDEMINAS.

4. CONCLUSÕES

A criação do Projeto Conservador do Mogi, no município de Inconfidentes se beneficiou amplamente do suporte técnico fornecido pelos fundadores e parceiros do PCM nas medidas de formalização jurídica que legitimou a criação do mecanismo de PSA no município analisado. O arranjo institucional e a plural inserção de atores públicos e privados e o envolvimento de instituições locais, regionais, nacionais e internacionais demonstram que uma forma de governar mais cooperativa – trazendo à tona elementos inerentes à governança – estão sendo considerados nos processos de planejamento, formulação e implementação de políticas ambientais municipais propostas pelo PCM.

A interação institucional com os parceiros do PCM poderá ser o elemento motriz da

qualificação dos operadores locais para garantir a continuidade e desempenho do programa.

REFERÊNCIAS

CONSERVADOR DA MANTIQUEIRA, **Cartilha Digital**, 2020. Disponível em: <https://conservadordamantiqueira.org/book/>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

IFSULDEMINAS. Campus Inconfidentes. **Reunião entre Campus e Prefeitura Municipal de Inconfidentes discute minuta da lei do Plano Conservador da Mantiqueira**. Maranhão, José Roberto, Ascom – Assessoria de comunicação. Publicado em: 02/05/2017. Disponível em: <<https://memoria.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/2507-plano-conservador-da-mantiqueira>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

INCONFIDENTES. **Decreto Nº 1.557, de 03 de janeiro de 2018. “Regulamenta a Lei Nº 1.297/2017, que cria o Projeto Conservador do Mogi e autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.”** Disponível em: <https://www.inconfidentes.mg.gov.br/images/diario-oficial/decretos_2018/decreto_1557_2018.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MURADIAN, R.; CORBERA, E.; PASCUAL, U.; KOSOY, N.; MAY, P. **Reconciling theory and practice: An alternative conceptual framework for understating payments for environmental services**. *Ecological Economics*, 69, 1202-1208, 2010.

PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFFARELLO, D. (Orgs.). **Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA/CBRN, 2013.

PROMANANCIAS, Companhia de saneamento de Minas Gerais. COPASA. **Programa Pró Mananciais**. Disponível em: <<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/meio-ambiente/promanancias>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

RIBEIRO, O. D. J. **Serviços ambientais: o surgimento de arranjos institucionais**. 2014. 226 p. Tese. (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2014.

RICHARDS, R. C.; REROLLE, J.; ARONSON, J.; PEREIRA, P. H.; GONÇALVES, H.; BRANCALION, P. H. S. **Governing a pioneer program on payment for watershed services: Stakeholder involvement, legal frameworks and early lessons from the Atlantic forest of Brazil**. *Ecosystem Services*, v.16, p. 23-32, 2015.

RUGGIERO, P. G.C.; METZGER, J. P.; TAMBOSIA, L. R.; NICHOLS, E. **Payment for ecosystem services programs in the Brazilian Atlantic Forest: Effective but not enough**. *Land Use Policy*, v. 82, p. 283-291, 2019.

YIN, R K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookma, 2015.

WORLD WILD FOUNDATION. **Programa Raízes do Mogi Guaçu promove plantio de mudas nativas na região de Socorro (SP)**. Publicado em: 07 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?74443/Programa-Raizes-do-Mogi-Guacu-promove-plantio-de-mudas-nativas-na-regiao-de-Socorro-SP>>. Acesso em: 03 de maio de 2020.